

CGTP e UGT preparam greve geral pela primeira vez desde a “troika”

CGTP e UGT confirmam contactos para uma paralisação geral dos setores públicos e privado na primeira quinzena de dezembro, o que não acontecia desde 2013, em pleno programa de ajustamento da “troika”. Ao assumir o protesto, a UGT afasta-se das negociações. Alterações à lei laboral podem avançar sem acordo.



As duas centrais sindicais já avançavam para uma paralisação conjunta desde o programa de ajustamento.

Catarina Almeida Pereira

SEGUIR

Receba um alerta no seu email de registo, a cada novo artigo publicado. ✕

A UGT e a CGTP estão em contactos para uma greve geral dos setores público e privado na primeira quinzena de dezembro. **A paralisação motivada pelo anteprojeto de alterações ao Código do Trabalho será a primeira a juntar as duas centrais sindicais desde 2013, em pleno programa de ajustamento da “troika”.**

“O que exigimos do Governo é a retirada imediata do pacote laboral. Todas as formas de luta estão em cima da mesa. É óbvio e é natural que neste processo as conversas entre as duas centrais sindicais existam”, disse em resposta ao Negócios Tiago Oliveira, secretário-geral da CGTP.

“Amanhã”, durante a manifestação nacional marcada igualmente em protesto quanto ao pacote laboral, “a CGTP irá apresentar aos trabalhadores a continuação da luta”, acrescentou o líder da Intersindical, que aprovou esta quinta-feira o protesto em Conselho Nacional.

"Houve efetivamente contactos para que eventualmente haja uma greve geral na primeira quinzena de dezembro. A UGT aprovará os pormenores no dia 13", responde por seu lado Sérgio Monte, secretário-geral adjunto da UGT, constatando que as negociações sobre as alterações ao Código do Trabalho foram infrutíferas. "O processo até agora não avançou nada", disse, ao Negócios.

Durante o programa de ajustamento da troika houve várias greves gerais, embora nem todas conjuntas. A última paralisação a juntar as duas centrais sindicais foi a 27 de junho de 2013, a propósito das profundas alterações à legislação laboral, com a flexibilização dos despedimentos, a redução das compensações, o corte nos dias de férias e feriados, a limitação do subsídio de desemprego, a introdução do banco de horas individual ou a redução do

pagamento do trabalho suplementar, numa altura em que os salários da função pública e as pensões sofreram cortes, por vezes travados pelo Tribunal Constitucional. As duas estruturas tinham já avançado com paralisações conjuntas em 2010 e em 2011, após as primeiras medidas de austeridade. A primeira foi em 1988, contra o pacote laboral do governo de Cavaco Silva.

Agora, a decisão é tomada contra o anteprojeto de alterações do Executivo de Luís Montenegro, que alarga serviços mínimos nas greves, facilita o processo de despedimentos por justa causa, generaliza possibilidade de não reintegração em caso de despedimento ilícito, aumenta a duração dos contratos a prazo, recupera o banco de horas por negociação individual, descriminaliza o trabalho não declarado, e abre a porta à redução de custos com horas extraordinárias e teletrabalho, entre outras alterações.

"**Não há nenhuma inflexibilidade**" nas negociações, sustentou esta sexta-feira, no Parlamento, a ministra do Trabalho, Rosário Palma Ramalho, que adiou as reuniões de concertação social sobre o assunto e que tem dito que o anteprojeto está em "construção". "**Naturalmente que há um compromisso relativamente a medidas que consideramos correspondentes aos eixos estratégicos, mas não seria compreensível que fosse de outra forma**", acrescentou, numa audição sobre o orçamento do Estado.

A ministra tem dito que, sem acordo, a legislação laboral seguirá para o Parlamento. Neste cenário a aprovação ficará, porém, nas mãos do Chega.

A possibilidade de uma greve geral, que já era admitida por algumas fontes sindicais, foi noticiada ao início da tarde desta sexta-feira pelo Expresso. Foi também referida esta quinta-feira à noite por Daniel Oliveira, no programa Eixo do Mal, na SIC Notícias.

“Todas as formas de luta estão em cima da mesa. É óbvio e é natural que neste processo as conversas entre as duas centrais sindicais existam.

Tiago Oliveira, secretário-geral da CGTP

“Houve efetivamente contactos para que eventualmente haja uma greve geral na primeira quinzena de dezembro.

Sérgio Monte, secretário-geral adjunto da UGT

Obrigado por apoiar o nosso jornalismo.

No Negócios temos como missão disponibilizar informação económica fiável, atual e relevante. E se a batalha pela relevância é uma responsabilidade que nos cabe, no novo enquadramento do setor a capacidade de continuarmos a desempenhar o nosso papel depende cada vez mais do investimento do leitor. Agradecemos a sua confiança. Vamos continuar a trabalhar para a merecer.

C•STUDIO

A nova era da energia inteligente: como a digitalização está a mudar a forma de consumir e poupar

Acelerar a mudança

Veludo, laços e glamour: os melhores looks de festa para arrasar neste Natal

O truque infalível para higienizar esfregonas e panos de limpeza (e deixá-los como novos!)

As verdadeiras empresas amigas do ambiente